

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-06-06

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Prazeres, C. M. A. & Pais, C. A. F. (2017). A qualidade de auditoria e as características das firmas de auditoria em Portugal. In Álvaro Rocha, Bráulio Alturas, Carlos J. Costa, Luís Paulo Reis e Manuel Pérez Cota (Ed.), 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). (pp. 325-330). Lisboa: IEEE.

Further information on publisher's website:

10.23919/CISTI.2017.7976040

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Prazeres, C. M. A. & Pais, C. A. F. (2017). A qualidade de auditoria e as características das firmas de auditoria em Portugal. In Álvaro Rocha, Bráulio Alturas, Carlos J. Costa, Luís Paulo Reis e Manuel Pérez Cota (Ed.), 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). (pp. 325-330). Lisboa: IEEE., which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.23919/CISTI.2017.7976040>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

A qualidade de auditoria e as características das firmas de auditoria em Portugal

The audit quality and the audit firm' characteristics in Portugal

Carlos Miguel Amaral dos Prazeres
Departamento de Contabilidade, ISCTE-IUL
Lisboa, Portugal
miguel_prazeres@iscte.pt

Cláudio António Figueiredo Pais
Departamento de Contabilidade, ISCTE-IUL
Lisboa, Portugal
Claudio.pais@iscte.pt

Resumo — Este estudo relaciona as características da firma de auditoria e a qualidade de auditoria. Usando dados de empresas cotadas portuguesas entre 2010 e 2014 e utilizando como *proxy* da qualidade de auditoria o tipo de relatório emitido, conclui-se que a dimensão da firma de auditoria e os honorários de auditoria no total dos serviços de auditoria influenciam a qualidade de auditoria. Este estudo contribuiu para a literatura pelo estudo de um país com fraca proteção do investidor e após a crise de 2008, bem como pelas características da firma de auditoria estudadas.

Palavras Chave - qualidade de auditoria; características da firma de auditoria, relatório de auditoria.

Abstract — This study relate the audit firms characteristics and the audit quality. Using data from the Portuguese listed companies from the period 2010 to 2014 and using as a proxy of audit quality the type of audit report, the conclusion is that the dimension of the audit firm and the audit fees on the total audit firm's fee influences the audit quality. This study contributes to the literature by studying a country of a weak investor protection and after the financial 2008 crises, besides for the audit firm' characteristics studied.

Keywords – audit quality; audit firm' characteristics; audit report.

I. INTRODUÇÃO

Francis (2004) refere que a qualidade de auditoria pode ser definida como a perícia que o auditor tem de detetar erros ou distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. Por isso, é importante perceber se as características do auditor influenciam a qualidade da auditoria, que é o objetivo deste estudo. É é tanto mais importante, se o país for, como é no caso deste estudo, um país em que a proteção do investidor é fraca e em que os casos de gestão de resultados nos últimos anos colocaram em causa a qualidade da auditoria.

A qualidade de auditoria pode ser influenciada pela dimensão do auditor (Choi, Kim, Qiu & Zang, 2007; DeAngelo, 1981; Ferguson, Francis & Donald, 2003), pelos honorários (Chaney, Jeter & Shivakumar, 2004) e pelo risco (DeFond, 1992; Adeyemi & Fagbemi, 2010).

Ferguson, Francis e Donald (2003) e Choi, Kim, Qiu e Zang (2007) concluem que a dimensão do auditor medida pela dicotomia *Big 4*¹ e não *Big 4*, influencia significativamente a qualidade de auditoria, influencia essa que não foi encontrada por Tendeloo e Vanstraelen (2005) e Piot e Janin (2007).

Francis e Simon (1987) e Chaney, Jeter e Shivakumar (2004) concluem que o valor dos honorários são vistos como uma característica da qualidade da auditoria. Contudo, Simunic (1980) e Basioudis, Papakonstantinou e Geiger (2008) concluem que estes podem reduzir a independência do auditor, podendo o auditor ser mais pressionado pela gestão.

O risco, medido através da alavancagem financeira, influencia significativamente a qualidade de auditoria (DeFond, 1992; Adeyemi & Fagbemi, 2010), mas Abbott, Parker e Gary (2006) e Gajevszky (2014) não encontraram qualquer relação entre o risco e a qualidade de auditoria.

Este estudo contribui para a literatura acerca da qualidade de auditoria, na medida em que estuda várias características do auditor bem como algumas da empresa auditada, que podem influenciar a qualidade de auditoria, e usa como *proxy* para a qualidade de auditoria o tipo de relatório de auditoria emitido, como também estuda as empresas cotadas de um país em que a proteção do investidor é fraca.

O estudo tem como amostra as empresas portuguesas cotadas para um período compreendido entre 2010 e 2014, concluindo-se que a dimensão do auditor e o peso dos

¹ Inclui a PricewaterhouseCoopers, a Deloitte, a KPMG e a Ernst & Young.

honorários do auditor no total dos honorários do auditor influenciam o tipo de relatório emitido e assim a qualidade de auditoria.

Após esta introdução o estudo encontra-se organizado como se segue. Na seção 2 faz-se uma breve análise da literatura relacionada. Na seção 3 apresenta-se a metodologia usada, no que respeita à amostra e desenho de investigação. Na seção 4 apresentam-se os resultados e a sua análise. Na seção 5 apresentam-se as conclusões.

II. REVISÃO DA LITERATURA

Jensen e Meckling (1976) referem que a auditoria é uma atividade de controlo e monitorização das atividades de uma organização que mitiga os problemas de agência quando os membros da gestão não são os proprietários, embora seja ineficiente quanto à eliminação da gestão dos resultados. Desta forma, a auditoria serve para verificar a veracidade da informação das demonstrações financeiras bem como para reduzir os conflitos de agência.

A. Qualidade da auditoria

A qualidade de auditoria é a capacidade do auditor de detetar erros ou distorções materiais nas demonstrações financeiras (Francis, 2004). A função da auditoria é acrescentar valor o que é mensurado pela qualidade de auditoria, sendo esta tanto maior quanto maior for a independência e competência do auditor (DeAngelo, 1981; DeFond e Zhang, 2013; Leftwich, Watts & Zimmerman, 1981). O tipo de relatório de auditoria é também visto como um documento que prova a independência do auditor, pelo que a emissão da opinião incorreta poderá ter consequências graves ao nível da reputação e litigância do auditor (Hopwood, McKeown & Mutchler, 1989; Knechel & Vanstraelen, 2007). Neste sentido, um relatório de auditoria modificado tem um peso significativo nas decisões dos *stakeholders* e é frequentemente visto como um sinal de aviso para uma futura insolvência (Hopwood, McKeown & Mutchler, 1989).

A qualidade de auditoria pode ser mensurada pela dimensão do auditor (DeAngelo, 1981; Ferguson, Francis & Donald, 2003), especialização (DeAngelo, 1981; Francis, Reichelt & Wang, 2005), honorários do auditor (Lin e Hwang, 2010) e por exemplo pela rotação do auditor (Lennox, Wu & Zhang, 2014).

Ferguson, Francis e Donald (2003) referem que os maiores auditores nos Estados Unidos da América (EUA) cobram honorários mais elevados e assim apresentam serviços de melhor qualidade. Isto pode ser explicado pelo facto de um auditor numa *Big 4* não ser sobrecarregado de trabalho e assim presta um serviço de maior qualidade (Sundgren & Svanström, 2014). Contrariamente, Tendeloo e Vanstraelen (2005) para empresas alemãs, Piot e Janin (2007) para empresas francesas, e Makni, Kolsi, e Affes (2012) para empresas públicas tunisinas não encontram evidências que a dimensão do auditor implique maior qualidade de auditoria. O ambiente legal pode explicar estes resultados. La Porta, Lopez-de-Silanes e Shleifer (1998) concluem que o ambiente legal (forte e fraca proteção do investidor) pode explicar as diferenças entre países, contudo mesmos nos países com fraca proteção do investidor pode haver mecanismos substitutos para proteger os investidores.

Francis, Reichelt e Wang (2005) referenciam que o facto de um auditor ser especializado numa determinada indústria em qual o cliente opera é mais relevante do que a sua dimensão.

Lin e Hwang (2010) encontram evidência que quanto mais independente for o auditor mensurado pela relação entre os honorários cobrados a cada cliente e o total dos seu honorários, menores são os acréscimos discricionários e portanto maior é a qualidade dos resultados. Choi, Kim, Liu e Simunic (2008) mostram que os honorários variam consoante o risco de litigância do país e que um auditor *Big 4* cobra normalmente honorários mais elevados. Para serem mais competitivos alguns auditores oferecem serviços adicionais e diminuem a sua margem nos honorários de auditoria (Francis & Simon, 1987), o que pode implicar uma redução da independência do auditor (Basioudis, Papakonstantinou & Geiger, 2008; Simunic, 1980).

B. Governo das sociedades

Já há vários estudos que analisam aspetos internos da empresa e as características do auditor e a qualidade da auditoria (Beisland, Mersland & Strøm, 2013; Bortolon, Neto & Santos, 2013; Makni, Kolsi & Affes, 2012; Regoliosi & D'Eri, 2012). Makni, Kolsi e Affes (2012) encontram evidência para empresas públicas tunisinas de que quanto maior o número de membros da gestão e de diretores independentes maior é procura por um auditor de qualidade, tal como o facto da mesma pessoa ser simultaneamente chief executive officer (CEO) e presidente do conselho. Contudo, Beisland, Mersland e Strøm (2013) concluem para empresas microfinanceiras que a qualidade de auditoria mensurada pela dimensão está relacionada com certos mecanismos de governação. Já Bortolon, Neto e Santos (2013) para empresas brasileiras encontram evidência de que quanto melhor a governação menor o custo da auditoria e de consultoria.

Rusmin, Scully, Tower e Taplin (2009) usando como *proxy* para a qualidade de auditoria os honorários do auditor, não encontram evidência da influência das características da empresa (dimensão e tipo de cliente, concentração dos donos e risco da empresa) na qualidade de auditoria. Já Reyad (2013) para empresas do Egito encontra evidência que as firmas de auditoria de maior dimensão tendo auditores com mais habilitações e mais especializados, apresentam melhor qualidade de auditoria visto diminuírem os acréscimos discricionários (gestão dos resultados e portanto apresentando uma melhor qualidade dos resultados).

III. METODOLOGIA

A. Amostra

A amostra inicial é composta pelas empresas cotadas portuguesas do *Euronext Lisbon* de 2010 a 2014, o que perfaz 280 observações. Da amostra foram excluídos os bancos e as seguradoras por causa das suas especificidades, bem como as empresas para as quais não há todos os dados, ficando a amostra final com 169 observações. O resumo da definição da amostra é a Tabela I. Os dados são obtidos dos relatórios financeiros bem como da base de dados Amadeus da Bureau van Dijk.

TABLE I. AMOSTRA

	Observações	%
Euronext Lisbon	280	100,00
Observações retiradas:		
Bancos e seguradoras	-44	-15,71
Empresas sem todos os dados	-67	-23,93
Amostra	169	60,36

B. Hipóteses de investigação

Os honorários têm implicações na independência do auditor, na qualidade do serviço de auditoria e são mais altos no caso de firmas de auditoria mais reputadas e com mais qualidade (Griffin, Lont & Sun, 2008; Rusmin, Scully, Tower & Taplin, 2009; Choi, Kim, Kim & Zhang, 2010). Mas, quanto maior a relação dos honorários cobrados a um cliente no total dos honorários da firma de auditoria, menor é a sua independência (Lin & Hwang, 2010). Assim, surge a 1.^a hipótese que relaciona a influência dos honorários no tipo de relatório do auditor (H1):

H1: Quanto maior a relação entre os honorários do auditor no total dos seus honorários menor é a probabilidade de emissão de um relatório de auditoria modificado.

Entende-se que uma forma de mensurar a qualidade da auditoria é através da dimensão da firma de auditoria e que quanto maior é a firma de auditoria maior é a qualidade de auditoria (Makni, Kolsi & Affes, 2012; Beisland, Mersland & Strøm, 2013; Gajevszky, 2014; Dobre, 2015). Contudo, existem estudos em que isso não se confirma, nomeadamente em países da Europa (Cravens, Flagg & Glover, 1994; Tendeloo & Vanstraelen, 2005; Piot & Janin, 2007). A 2.^a hipótese de investigação relaciona a dimensão da firma de auditoria com o tipo de relatório de auditoria emitido (H2).

H2: Quando maior é a dimensão do auditor (*Big 4* versus não *Big 4*) maior é a probabilidade de emissão de um relatório modificado.

A situação financeira do auditor pode condicionar o trabalho do auditor nomeadamente quando à sua independência (Adeyemi & Fagbemi, 2010). DeFond (1992) e Adeyemi e Fagbemi (2010) encontram evidência de que a situação financeira da firma de auditoria tem influencia na qualidade de auditoria, porque a empresa está mais vulnerável e mais sujeita a ceder à pressão do cliente, reduzindo a sua independência. Abbottec(2006) e Gajevszky (2014) não encontram evidência dessa influência. Usando a alavanca financeira da firma de auditoria (peso do passivo no ativo) como indicador da situação financeira relaciona-se com o relatório de auditoria e tem-se a 3.^a hipótese de investigação (H3):

H3: Quanto maior for a alavanca financeira do auditor menor é a probabilidade de emissão de um relatório de auditoria modificado.

A dimensão do auditor, implicando mais recursos financeiros e humanos, influencia a qualidade da auditoria, mas medindo a dimensão com base no ativo (Abbott, Mersland & Strøm, 2006; Beisland, Mersland & Strøm, 2013; Gajevszky,

2014), surge a 4.^a hipótese de investigação que relaciona a dimensão do auditor com o relatório de auditoria (H4):

H4: Quanto maior a dimensão do auditor mensurada pelo ativo maior a probabilidade de emissão de um relatório de auditoria modificado.

C. Desenho de investigação

Usando uma regressão *logit* a equação (1) que relaciona o relatório de auditoria com as restantes variáveis de interesse bem como com as variáveis de controlo é²:

$$TIPORELAT_{it} = \beta_0 + \beta_1 BIG4_{it} + \beta_2 PHONORAUD_{it} + \beta_3 LEVAUD_{it} + \beta_4 LNATIVOAUD_{it} + \beta_5 ROAEMP_{it} + \beta_6 LNATIVOEMP_{it} + \beta_7 LNRLPEMP_{it} + \varepsilon (1)$$

As variáveis da equação (1) são as descritas na Tabela II, sendo as variáveis de interesse a dimensão da firma de auditoria (*BIG4* e *LNATIVOAUD*), honorários da firma de auditoria (*PHONORAUD*) e risco da firma de auditoria (*LEVAUD*).

TABLE II. DESCRIÇÃO E MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Painel A: variável dependente

Variável	Descrição e mensuração
<i>TIPORELAT</i>	Tipo de relatório. Variável dicotômica que assume o valor de 1 quando o relatório é modificado e 0 caso contrário (limpo).

Painel B: variáveis dependentes

Variável	Descrição/mensuração	Sinal
<i>BIG4</i>	Variável dicotômica que assume o valor de 1 quando o auditor é <i>Big 4</i> e 0 quando o auditor não é <i>Big 4</i> .	+
<i>PHONORAUD</i>	Porcentagem dos honorários do auditor sobre o total do seu volume de negócios.	-
<i>LEVAUD</i>	Alavanca financeira da firma de auditoria. Quociente entre o passivo e o total do ativo.	-
<i>LNATIVOAUD</i>	Logaritmo do total ativo do auditor.	+
<i>ROAEMP</i>	Retorno dos ativos da empresa auditada. Quociente entre o resultado líquido e o total do ativo.	-
<i>LNATIVOEMP</i>	Logaritmo do total do ativo da empresa auditada.	-
<i>LNRLPEMP</i>	Logaritmo do resultado líquido do período da empresa auditada.	-

A qualidade de auditoria pode ser mensurada pelo tipo de relatório de auditoria, se modificado ou não que é a variável dependente deste estudo (Ballesta & García-Meca, 2005; Barnes & Renart, 2013; Critron & Taffler, 1992; Chen, Chen & Su, 2001; Chan & Walter, 1996; Core, Holthausen & Larcker, 1999; Defond, Wong & Li, 1999; Francis, 2004; Keasey, Watson & Wyncarczyk, 1998; Knechel & Vanstraelen, 2007; Lin, Jiang & Xu, 2011). Seguindo o estudo de Lin, Jiang e Xu (2011) o relatório de auditoria modificado inclui os relatórios

² Os estimadores são assintóticos e seguem distribuição normal e não é necessário correr os testes para verificar os pressupostos dos estimadores seguirem distribuição normal e não apresentarem heteroscedadidade (Wooldridge, 2013).

com um parágrafo adicional. A qualidade de auditoria também pode ser mensurada pela dimensão da firma de auditoria e qualidade dos resultados (Bauwhede, Willekens, & Gaeremynck, 2003; DeAngelo, 1981; Francis, 2004; Hoitash, Markelevich & Barragato, 2007; Navarro & Martinez, 2004; Tendeloo & Vanstraelen, 2005; Piot & Janin, 2007; Qi, Li & Tian, 2015). Chan e Walter (1996) concluem que as empresas que são mais propensas a obter um tipo de relatório modificado por parte do auditor são significativamente menos rentáveis e com escassa liquidez. A emissão de um relatório modificado poderá traduzir-se na perda do cliente para o auditor mas por outro lado a sua não emissão pode trazer problemas de litigação para o auditor (Barnes e Renart, 2013).

A dimensão do auditor é uma variável que condiciona a qualidade dos serviços de auditoria, sendo maior quanto maior for a firma de auditoria, pois tem mais especialistas, tem uma reputação a manter e é mais independente (Adeyemi e Fagbemi, 2010; Beisland, Mersland & Strøm, 2013; Choi, Kim, Kim & Zang, 2010; DeAngelo, 1981; Francis & Yu, 2009; Reyad, 2013). Espera-se que o sinal seja positivo e que probabilidade de emissão de um relatório modificado seja maior por uma empresa *Big 4*.

Os honorários do auditor podem traduzir-se numa menor independência do auditor e portanto numa menor qualidade de auditoria (Dobre (2015; Rusmin et al., 2009). O sinal esperado é então negativo. Mas, honorários mais elevados podem traduzir-se numa melhor qualidade de auditoria, com mais testes e mais tempo de auditoria (Abbott, Parker & Gary, 2006; Bortolon, Neto & Santos, 2013).

Quanto maior a dimensão da firma de auditoria (ativo) maior a probabilidade para emitir um relatório de auditoria modificado (Basioudis, Papakonstantinou e Geiger, 2008; Chiang, Lin & Le, 2015; Gajevszky, 2014). Por isso o sinal esperado do coeficiente é que este seja positivo, tal como no caso de ser uma *Big 4*.

Quanto maior o risco da firma de auditoria maior a probabilidade de emissão de relatório de auditoria não modificado, pois verifica-se uma redução da independência da firma de auditoria.

Quanto maior o retorno da empresa maior o seu desempenho e Dobre (2015) e Tendeloo e Vanstraelen (2008) encontram evidência que quanto maior for o desempenho da empresa auditada maior a probabilidade de contratar uma firma de auditoria com mais reputação e meios. Portanto, espera-se uma relação negativa com a emissão de relatório de auditoria modificado.

IV. RESULTADOS

De acordo com a Tabela III a média (mediana) de honorários cobrados pelo auditor às empresas da *Euronext Lisbon* sobre o seu volume de negócios é de aproximadamente 3% (1%). A média (mediana) da alavanca financeira da firma de auditoria é de aproximadamente de 9% (8%). A média (mediana) do logaritmo do total do ativo das firmas de auditoria é de 16,94 (17,07), pelo que se todas as firmas de auditoria tivessem o mesmo total de ativo, este representaria, em média, 27.893 milhares de euros, variando em cerca de 7.287 milhares de euros em torno da média, o que mostra

alguma diferença nas firmas de auditoria. Quanto às empresas auditadas em média (mediana) o logaritmo do total do ativo é de 20,42 (20,31), e o resultado líquido é de 17,11 (17,34), o que se pode interpretar que se todas as empresas auditadas tivessem as mesmas demonstrações financeiras, o montante do total do ativo seria, em média, de 2.923.664 milhares de euros, que varia em torno da mesma, 560.502 milhares de euros, e o respetivo resultado líquido do período, em média, de 113.801 milhares de euros, em valores absolutos, com uma dispersão em torno deste valor, de 37.391 milhares de euros. Concluindo-se que existem empresas com dimensões diferenciadas quer sejam as firmas de auditoria quer sejam as empresas auditadas.

Também de acordo com a Tabela III se conclui que 74% das firmas de auditoria são *Big 4* e que foram emitidos durante os períodos considerados (2010 a 2014) cerca de 125 (74%) de relatórios de auditoria não modificados.

TABLE III. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

	N.º	Média	Desvio Padrão	Mediana
TIPORELAT	169	0,25	0,44	0,00
BIG4	169	0,74	0,44	1,00
PHONORAUD	169	0,03	0,08	0,01
LEVAUD	167	0,09	0,06	0,08
LNATIVOAUD	168	16,94	0,86	17,07
ROAEMP	169	0,02	0,05	0,02
LNATIVOEMP	169	20,42	1,56	20,31
LNRLPEMP	123	17,11	2,02	17,34

Na Tabela IV apresentam-se os resultados do modelo (equação (1)) em que se relaciona o tipo de relatório de auditoria com a dimensão da firma de auditoria (*Big 4 versus não Big 4*), os honorários de auditoria, risco da firma de auditoria, logaritmo do ativo da firma de auditoria, retorno dos ativos da empresa auditada, logaritmo do ativo da empresa auditada e logaritmo do resultado líquido da empresa auditada.³

TABLE IV. A QUALIDADE DE AUDITORIA E AS CARACTERÍSTICAS DO AUDITOR

Variáveis	Predição	Estatística	p-value	
C		0,430	0,667	
BIG4	+	1,180	0,072	*
PHONORAUD	-	-2,852	0,004	***
LEVAUD	-	2,727	0,006	***
LNATIVOAUD	+	-2,510	0,012	**
ROAEMP	-	2,843	0,005	***
LNATIVOEMP	-	3,279	0,001	***

³ Não existe multicolinearidade uma vez que o VIF é inferior a 5 para todas as variáveis da equação (1) (Wooldridge, 2013). Pela Tabela IV 27,38% da emissão do relatório de auditoria é explicado pelo modelo (R² McFadden).

LNRLPEMP	–	-1,692	0,091	*
Dummy períodos			Incluído	
N			120	
R ² McFadden			27,38%	
R ² Cox & Snell			24,00%	
LOG Likelihood			-41,51	
Durbin-Watson			1,6160	

* significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%.

Pela análise da Tabela IV conclui-se que existe uma relação entre a dimensão da firma de auditoria, medida através da dicotomia *Big 4* e não *Big 4*, e o tipo de relatório de auditoria emitido, sendo mais provável a emissão de um relatório de auditoria modificado por uma firma de auditoria *Big 4* (coeficiente positivo e estatisticamente significativo a um nível de 10%). Quanto ao peso dos honorários da firma de auditoria no total dos seus serviços este tem uma influência negativa na emissão de um relatório de auditoria modificado, o que confirma a redução da sua independência (coeficiente negativo e estatisticamente significativo a 1%). O coeficiente da variável do risco da firma de auditoria sendo positivo não confirma a hipótese da não emissão de relatórios de auditoria não modificados, bem como da variável logaritmo de ativo, que sendo negativo não confirma a hipótese da probabilidade de emissão de relatórios de auditoria modificados.

Ainda pela análise da Tabela IV, mas agora quanto a aspetos da empresa auditada e portanto, variáveis de controlo, verifica-se que quanto maior o logaritmo do resultado líquido da empresa auditada menor a probabilidade de emissão de relatórios de auditoria modificados. Quanto ao retorno do ativo e logaritmo de ativo da empresa auditada, verifica-se que quanto maior o desempenho e dimensão da empresa auditada, maior a probabilidade na emissão de relatórios de auditoria modificados (coeficientes positivos e estatisticamente significativos a 10%).

V. CONCLUSÕES

Neste estudo analisa-se a relação entre algumas características do auditor (dimensão, honorários e risco) com o tipo de opinião do relatório de auditoria (modificado e não modificado). Usa-se como *proxy* para a qualidade de auditoria o tipo de relatório emitido (Barnes & Renart, 2013; Ballesta & García-Meca, 2005; Chan & Walter, 1996; Chen, Chen & Su, 2001; Chow & Rice, 1982; Critron & Taffler, 1992; Defond, Wong & Li, 1999; Keasey, Watson & Wyncarczyk, 1988; Knechel & Vanstraelen, 2007). Este estudo contribui para a literatura no âmbito da qualidade de auditoria, porque os estudos relacionados não são conclusivos, o estudo incide sobre empresas cotadas portuguesas após a crise de 2008 e assim estuda empresas de um país em que a proteção do investidor é fraca (La Porta, Lopez-de-Silanes & Shleifer, 1998).

Confirma-se que a dimensão do auditor aumenta a probabilidade de emissão de um relatório de auditoria modificado, bem como quanto maior o peso dos honorários do auditor no total dos seus honorários maior a probabilidade de emissão de relatórios não modificados o que confirma os

resultados de outros estudos (Adeyemi & Fagbemi, 2010; Beisland, Mersland & Strøm, 2013; Choi, Kim, Kim & Zang, 2010; DeFond, 1992; Dobre, 2015; Gajevszky, 2014; Griffin, Lont & Sun, 2008; Makni, Kolsi & Affes, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Abbott, L. J., Parker, S., & Gary, F. P. (2006). Earnings Management, Litigation Risk, and Asymmetric Audit Fee. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 25(1), 85–98.
- [2] Adeyemi, S. B., & Fagbemi, T. O. (2010). Audit Quality, Corporate Governance and Firm Characteristics in Nigeria. *International Journal of Business and Management*, 5(5), 169–179.
- [3] Ballesta, J. P. S., & García-Meca, E. (2005). Audit Qualifications and Corporate Governance in Spanish Listed Firms. *Managerial Auditing Journal*, 20(7), 725–738.
- [4] Barnes, P., & Renart, M. A. (2013). Auditor Independence and Auditor Bargaining Power: Some Spanish Evidence Concerning Audit Error in the Going-Concern Decision. *International Journal of Auditing*, 17(3), 265–287.
- [5] Basioudis, I. G., Papakonstantinou, E., & Geiger, M. A. (2008). Audit fees, Non-audit Fees and Auditor Going-Concern Reporting Decisions in the United Kingdom. *Abacus, A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, 44(3), 284–309.
- [6] Bauwhede, H., Willekens, M., & Gaeremynck, A. (2003). Audit firm size, public ownership, and firms' discretionary accruals management. *The International Journal of Accounting*, 3 (1), 1–22.
- [7] Beisland, L. A., Mersland, R., & Strøm, R. Ø. (2013). Audit Quality and Corporate Governance: Evidence from the Microfinance Industry. Working paper no. 13/035, Solvay Brussels School Economics & Management, Belgium
- [8] Bortolon, P. M., Neto, A. S., & Santos, T. B. (2013). Audit Costs and Corporate Governance. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 24(61), 27–36.
- [9] Chan, Y., & Walter, T. (1996). Qualified Audit Reports and Costly Contracting. *Asia Pacific Journal of Management*, 13(1), 37–63.
- [10] Chaney, P. K., Jeter, D. C., & Shivakumar, L. (2004). Self-Selection of Auditors and Audit Pricing in Private Firms. *The Accounting Review*, 79(1), 51–72.
- [11] Chen, C. J. P., Chen, S., & Su, X. (2001). Profitability Regulation, Earnings Management, and Modified Audit Opinions: Evidence from China. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 20(2), 9–30.
- [12] Chiang, H., Lin, S., & He, L. (2015). Implications of Auditor Characteristics and Directors' and Officers' Liability Insurance for Going-Concern Audit Opinions: Evidence from Taiwan. *International Business Research*, 8(5), 130–145.
- [13] Choi, J., Kim, J., Qiu, A., & Zang, Y. (2007). Auditor Locality, Audit Quality and Audit Pricing. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 73–97.
- [14] Choi, J., Kim, J.-B., Liu, X., & Simunic, D. A. (2008). Audit Pricing, Legal Liability Regimes, and Big 4 Premiums: Theory and Cross-country Evidence. *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 55–99.
- [15] Choi, J.-H., Kim, C. (Francis), Kim, J.-B., & Zang, Y. (2010). Audit Office Size, Audit Quality, and Audit Pricing. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 73–97.
- [16] Chow, C. W., & Rice, S. J. (1982). Qualified Audit Opinions and Auditor Switching. *The Accounting Review*, LVII(2), 326–335.
- [17] Core, J. E., Holthausen, R. W., & Larcker, D. F. (1999). Corporate Governance, Chief Executive Officer Compensation, and Firm Performance. *Journal of Financial Economics*, 51, 371–406.
- [18] Critron, D. B., & Taffler, R. J. (1992). The Audit Report under Going Concern Uncertainties: An Empirical Analysis. *Accounting and Business Research*, 22(88), 337–345.
- [19] DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183–199.
- [20] DeFond, M. L. (1992). The Association Between Changes in Client Firm Agency Costs and Auditor Switching. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 11(1), 16–31.

- [21] DeFond, M. L., Wong, T. J., & Li, S. (1999). The Impact of Improved Auditor Independence on Audit Market Concentration in China. *Journal of Accounting and Economics*, 28(3), 269–305.
- [22] DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A Review of Archival Auditing Research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2014), 1–159.
- [23] Dobre, F. (2015). Are Financial Audit Elements and Corporate Governance Policies Solutions for the Economic Crisis? *Theoretical and Applied Economics*, XXII(2), 275–284.
- [24] Ferguson, A., Francis, J. R., & Donald, J. S. (2003). The Effects of Firm-Wide and Office Level Industry Expertise on Auditing Pricing. *The Accounting Review*, 78(2), 429–448.
- [25] Francis, J. R. (2004). What Do We Know About Audit Quality? *British Accounting Review*, 36(4), 345–368.
- [26] Francis, J. R., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The Pricing of National and City-Specific Reputations for Industry Expertise in the U.S. Audit Market. *The Accounting Review*, 80(1), 113–136.
- [27] Francis, J. R., & Simon, D. T. (1987). A Test of Audit Pricing in the Small-Client Segment of the U.S. Audit Market. *The Accounting Review*, LXII(1), 145–157.
- [28] Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big Four Office Size and Audit Quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521–1552.
- [29] Gajevsky, A. (2014). Audit Quality and Corporate Governance: Evidence From the Bucharest Stock Exchange. In 6th International Scientific Conference on Economic and Social Development and 3rd Eastern European ESD Conference: Business Continuity, paper no. 393–403). Vienna.
- [30] Griffin, P. A., Lont, D. H., & Sun, Y. (2008). Corporate Governance and Audit Fees: Evidence of Countervailing Relations. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(1), 18–49.
- [31] Hoitash, R., Markelevich, A., & Barragato, C. a. (2007). Auditor fees and audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 22(8), 761–786.
- [32] Hopwood, W., McKeown, J., & Mutchler, J. (1989). A Test of the Incremental Explanatory Power of Opinions Qualified for Consistency and Uncertainty. *The Accounting Review*, 64(1), 28–48.
- [33] Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.
- [34] Keasey, K., Watson, R., & Wynczyk, P. (1988). The Small Audit Qualification: A Preliminary Investigation. *Accounting and Business Research*.
- [35] Knechel, W. R., & Vanstraelen, A. (2007). The Relationship between Auditor Tenure and Audit Quality Implied by Going Concern Opinions. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 26(1), 113–131.
- [36] La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (1998). Law and Finance. *Journal of Political Economy*, 106(6), 1113–1155. Retrieved from
- [37] Leftwich, R. W., Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1981). Voluntary Corporate Disclosure: The Case of Interim Reporting. *Journal of Accounting Research*, 19(Supplement), 85–88.
- [38] Lennox, C. S., Wu, X., & Zhang, T. (2014). Does Mandatory Rotation of Audit Partners Improve Audit Quality? *The Accounting Review*, 89(5), 1775–1803.
- [39] Lin, J. W., & Hwang, M. I. (2010). Audit Quality, Corporate Governance, and Earnings Management: A Meta-Analysis. *International Journal of Auditing*, 14(1), 57–77.
- [40] Makni, I., Kolsi, M. C., & Affes, H. (2012). The Impact of Corporate Governance Mechanisms On Earnings Management: Evidence From Banks In Ethiopia. *The IUP Journal of Corporate Governance*, XI(3), 48–70.
- [41] Navarro, J., & Martínez, I. (2004). Manipulación contable y calidad del auditor: un estudio empírico de la realidad española (earnings management and audit quality in Spain: an empirical study). *Revista Española de Financiación Y Contabilidad*, 33 (123), 1025–1061.
- [42] Piot, C., & Janin, R. (2007). External Auditors, Audit Committees and Earnings Management in France. *European Accounting Review*, 16(2), 429–454.
- [43] Regoliosi, C., & D’Eri, A. (2012). “Good” Corporate Governance and the Quality of Internal Auditing Departments in Italian Listed Firms. An Exploratory Investigation in Italian Listed Firms. *Journal of Management and Governance*, 18, 891–920.
- [44] Reyad, S. M. R. (2013). The Role of Auditing Quality as a Tool of Corporate Governance in Enhancing Earnings Quality: Evidence from Egypt. *International Management Review*, 9(2), 83–93.
- [45] Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2000). Does Size Matter? The Influence of Large Clients on Office Level Auditor Reporting Decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 375–400.
- [46] Rusmin, R., Scully, G., Tower, G., & Taplin, R. (2009). The Impact of Corporate Governance and Ownership Concentration on Audit Quality in Three Asia Pacific Stock Markets. *Asia Pacific Journal of Economics & Business*, 13(2), 58–92.
- [47] Simunic, D. A. (1980). The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 161–190.
- [48] Sundgren, S., & Svanström, T. (2014). Auditor-in-Charge Characteristics and Going-Concern Reporting. *Contemporary Accounting Research*, 31(2), 531–550.
- [49] Tendeloo, B. Van, & Vanstraelen, A. (2005). Earnings Management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14(1), 155–180.
- [50] Tendeloo, B. Van, & Vanstraelen, A. (2008). Earnings Management and Audit Quality in Europe: Evidence from the Private Client Segment Market. *European Accounting Review*, 17(3), 447–469.
- [51] Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach* (5th Edition). Mason, USA: South-Western Cengage Learning.
- [52] Lin, Z., Jiang, Y., & Xu, Y. (2011). Do modified audit opinions have economic consequences? Empirical evidence based on financial constraints. *China Journal of Accounting Research*, 4, 135–154.